Art.2º Esta Emenda entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Câmara Municipal de João Monlevade, 03 de junho de 1992.

Wilson Starling Júnior – Presidente
Ricarbene Antônio Souza Pinto -Vice-Presidente
Solange Medeiros de Abreu – 1ª Secretária
José Vieira do Amaral –2º Secretário

EMENDA Nº 3:

Os Membros da Câmara Municipal de João Monlevade aprovam e a mesa promulga a seguinte emenda à Lei Orgânica do Município.

Art. 1º O art. 69 da Lei Orgânica de João Monlevade passa a vigorar com a seguinte Redação:

“**Art. 69.** Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, só poderá ser concedido mediante lei específica, que regule exclusivamente as matérias acima enumeradas ou o correspondentes tributo ou contribuição”.

Art. 2º Ficam revogados os incisos XVII do art. 16, III, do art. 17, e a letra h, inciso II, do art. 32, da Lei Orgânica.

Art. 3º Esta Emenda à Lei Orgânica, entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de João Monlevade, 21 de outubro de 1998.

José Benísio Werneck – Presidente
Djalma Augusto Gomes Bastos – Vice-Presidente
Gleber Naime de Paula Machado – 1º Secretário
Dorinha Machado – 2º Secretária

EMENDA Nº 4:

A Câmara Municipal de João Monlevade, com fulcro no art. 29 da Constituição Federal e no art. 29, I, da Lei Orgânica Municipal, aprovou e a Mesa, por seus Membros, promulga a seguinte Emenda:

Art. 1º O art. 23 da Lei Orgânica de João Monlevade passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 23.** O subsídio dos agentes políticos do Município será fixado no segundo semestre do último ano da legislatura, até 30 de setembro, para vigorar na subsequente, observados os arts. 37, XI, 39 § 4º, 150, II, 153, III e § 2º, I, da Constituição Federal.

§ 1º Observar-se-ão, ainda, quanto aos Vereadores, o disposto no art. 29, VI e VII; quanto ao Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais, os arts. 29, V, 37, X, todos da Constituição, além das disposições contidas nesta Lei Orgânica.

§ 2º Os subsídios de que trata esta Emenda serão fixados por Lei de iniciativa do Poder Legislativo Municipal.

§ 3º Para os fins e efeitos desta Emenda, subsídio é o valor fixado em parcela única e mensal, como forma de retribuição ao efetivo exercício de cargo ou função de que o agente político do Município seja titular.

§ 4º O Vereador que esteja no efetivo exercício do cargo de Presidente da Câmara Municipal receberá, exclusivamente, o subsídio relativo a este cargo.

§ 5º Observado o que dispõe o § 3º deste artigo, é vedado incluir ao subsídio de qualquer agente político, abrangido por esta Emenda, qualquer espécie de parcela remuneratória, inclusive gratificação, abono, prêmio, adicional, ajuda de custo e verba de representação.

§ 6º O subsídio do Vereador corresponderá à retribuição financeira pela efetiva presença às reuniões ordinárias, regimentalmente previstas, e às extraordinárias, regularmente convocadas, no período de recesso parlamentar, podendo as últimas serem indenizadas à razão de um quarto das ordinárias, até o máximo do subsídio mensal.